

Alexandre Sequeira - Sem título, 2018. Da série Carimbo de Fordlândia. Imagens fotográficas em carimbo de linóleo.



REPRESENTAÇÕES, MUSEALIZAÇÕES E MUSEIFICAÇÕES DA AMAZÔNIA:

NOTAS SOBRE A PERCEPÇÃO DO EXÓGENO EM DUAS FRAÇÕES
DA SOCIEDADE AMAZÔNICA

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2021.46238>

FÁBIO FONSECA DE CASTRO*

RESUMO: O artigo reflete sobre o espaço amazônico por meio dos conceitos de musealização e museificação. Para fazê-lo, apresenta dados recolhidos junto a dois diferentes campos da complexa sociedade amazônica, indagando a respeito de como esses campos sociais interpretam as representações exógenas produzidas sobre a região. Considerando a visibilidade que o espaço amazônico possui na sociedade globalizada contemporânea, ensaia-se pensá-lo por meio do conceito de musealização, considerando, para isso, os processos de agenciamento e de mediação de suas condições sociais de comunicação, identificação, identidade e autocompreensão. Em oposição, discute-se, igualmente, o processo de museificação, que sugere uma dada condição de incomunicabilidade e, nessa condição, de apartamento radical da experiência social vivencial. O artigo propõe elementos para uma reflexão dialética entre uma percepção social amazônica que se produz como musealização, buscando produzir comunicação e, por oposição, uma percepção do espaço amazônico como museificação, centrada na ideia de informação.

PALAVRAS CHAVE: Amazônia. Musealização. Museificação. Exógeno. Representação.

REPRESENTATIONS, MUSEALIZATION AND MUSEIFICATIONS OF THE AMAZON: NOTES ON THE PERCEPTION OF THE EXOGENOUS IN TWO FRACTIONS OF THE AMAZONIAN SOCIETY

ABSTRACT: The article reflects on the Amazon space through the concepts of musealization and museification. To do so, it presents data collected from two different fields of the complex Amazonian society, inquiring about how these social fields interpret the exogenous representations produced about the region. Considering the visibility that the Amazonian space has in contemporary globalized society, we try to think about it through the concept of musealization, considering, for this, the processes of agency and mediation of its social conditions of communication, identification, identity and self-understanding. In opposition, the museification process is also discussed, which suggests a given condition of incommunicability and, in this condition, of a radical separation from the experiential social experience. The article proposes elements for a dialectical reflection between an Amazonian social perception that is produced as musealization, seeking to produce communication and, on the contrary, a perception of the Amazonian space as museification, centered on the idea of information.

KEYWORDS: Amazon. Musealization. Museification. Exogenous. Representation.

* Professor e pesquisador no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

Introdução

Gostaria de refletir sobre a Amazônia a partir de uma condição de musealização, ou melhor, de museificação. Para isso, apresento alguns dados de pesquisas ainda em desenvolvimento a respeito das percepções que dois diferentes campos da complexa sociedade amazônica fazem das representações exógenas produzidas sobre a região. Considerando a imensa visibilidade que o espaço amazônico possui na sociedade globalizada contemporânea, partimos da ideia de que ele poderia ser pensado sob uma condição de museificação, pois, assim, haveria processos de agenciamento e de mediação de suas condições sociais de identificação, identidade e autocompreensão guiados pelas representações exógenas que incidem sobre esses processos.

Por representações exógenas, compreendemos o senso comum construído em torno das representações reificadas – aquelas tidas por “especialistas”, ou por falas autorizadas, a respeito da Amazônia – e, também, das representações sociais em geral (JODELET, 2001; MOSCOVICI, 1995, 2004) presentes nas políticas públicas, na mídia, nas produções artísticas e no debate público sobre o espaço amazônico.

Evidentemente, é de conhecimento geral que a Amazônia constitui uma marca de grande apelo e significação na sociedade globalizada e que a diversidade natural e sociocultural do espaço amazônico constituem uma problemática presente em todo o planeta (AMARAL FILHO, 2016; AMARAL FILHO; CASTRO; COSTA, 2015; BOLLE; CASTRO; VEJMEKKA, 2010; DUTRA, 2009; GONDIM, 2007; KRUGER, 1987; PRESSLER, 2012; SÁ, 2000).

Do ponto de vista dos habitantes da Amazônia, a percepção exógena sobre a região acaba por constituir uma representação hegemônica e, não raramente, um peso do qual dificilmente conseguem se dissociar e mesmo um *engessamento*, um aprisionamento dentro de um campo de significações – de onde deriva o termo museificação. O problema é que essas representações exógenas conformam percepções simplificadoras da realidade e sua prevalência resulta numa ação política com impacto sobre a realidade local. Por meio dela, efetiva-se um distanciamento das populações amazônicas em relação às suas próprias vivências e coerências, o que tem por resultado um desperdício da experiência social, nos termos discutidos por Souza Santos (2002a, 2002b, 2003).

Dada a complexidade social da população amazônica, esse impacto se dá de maneira diferenciada em cada nicho social. Buscando compreender a sociedade amazônica com mais precisão, estabelecemos, no horizonte das pesquisas referidas, 28 frações sociais, 14 delas patronais e 14 subalternas, e iniciamos uma coleta de dados tanto a respeito da representação que cada uma delas faz do que percebe como Amazônia quanto a respeito de sua percepção sobre a forma como as demais frações sociais se relacionam com o espaço amazônico. Sendo diferente o impacto das representações exógenas sobre cada fração e, por necessário, a própria diversidade das representações endógenas em cada uma delas, concluímos que são bastante diferenciados, em cada campo da sociedade regional, os processos que referimos como de desperdício da experiência social.

As 14 frações patronais que identificamos foram as seguintes: 1) setor associado à pecuária extensiva de corte; 2) setor associado às agriculturas de ciclo permanente (açai, pimenta-do-reino, coco, banana, limão, laranja etc.); 3) setor associado às agriculturas de ciclo temporário (abacaxi, mandioca, palma etc.); 4) setor associado às indústrias extrativas florestais (silvicultura e celulose); 5) indústria madeireira predatória; 6) setor associado à pecuária de leite, avicultura, piscicultura e apicultura; 7) setor associado ao cultivo de grãos (soja, milho, feijão etc.); 8) setor associado às indústrias extrativas minerais; 9) setor associado ao comércio varejista e atacadista; 10) setor comercial e de serviços (transporte e armazenagem, atividades imobiliárias, venda e reparação de veículos); 11) setor industrial (indústria de alimentos, de bebidas, moveleira, de eletroeletrônicos, metalurgia e siderurgia); 12) setor financeiro, associado ao capital bancário; 13) setor associado à construção civil; e 14) setor associado ao rentismo imobiliário.

Por sua vez, as 14 frações de populações subordinadas que identificamos foram as seguintes: 1) campesinato associado à agropecuária intensiva; 2) campesinato agroextrativista; 3) campesinato associado à pecuária extensiva; 4) camadas médias rurais e semirurais 1 (profissionais liberais, funcionários públicos de nível superior, pequenos e médios empreendedores do setor comercial, gerentes de empreendimentos industriais); 5) camadas médias rurais e semirurais 2 (assalariados do comércio e funcionários públicos de nível médio); 6) operariado urbano; 7) camada da atividade informal e desempregada; 8) camada da economia solidária; 9) camadas médias

urbanas 1 (profissionais liberais, funcionários públicos de nível superior, pequenos e médios empreendedores do setor comercial e gerentes de empreendimentos industriais); 10) camadas médias urbanas 2 (assalariados do comércio e funcionários públicos de nível médio); 11) pequena-burguesia urbana (pequenos rentistas e trabalhadores assalariados que complementam a renda com o pequeno rentismo); 12) setor da economia criativa; 13) elites intelectuais (artísticas, literárias, acadêmicas e científicas); e 14) burguesia de lastro.

Trata-se de uma divisão social arbitrária, construída por nós com base nas dinâmicas produtivas da economia amazônica para perceber, com um pouco mais de sutileza, como a ideia de Amazônia figura em cada espaço da sociedade amazônica.

Neste texto, cotejamos essas formas de figuração e, particularmente, o impacto das representações exógenas sobre duas populações rurais amazônicas: a fração social patronal, que identificamos como o setor econômico associado à pecuária extensiva de corte – que doravante chamaremos de Fração Patronal 1 (FP1), para facilitar sua caracterização – e a fração social subordinada, compreendida como campesinato agroextrativista – doravante Fração Subordinada 2 (FS2).

Selecionamos essas duas frações sociais compreendendo a forte oposição socioeconômica e cultural existente entre elas, considerando que a FP1 representa um paradigma tecnológico comprometido com a substituição da floresta nativa por extensas áreas de pasto – e, portanto, tem uma visão de mundo reticente às questões ambientalistas – e que a FS2, por sua vez, representa o paradigma tecnológico naturalmente empenhado com a preservação ambiental, como indica Costa (2010, 2012b, 2012a, 2018).

Os dados aqui apresentados foram coletados por meio de uma abordagem etnográfica feita por meio de observação participante e de etnografia de arquivo e foram discutidos a partir de uma perspectiva fenomenológica, como detalhamos a seguir. As noções de representação social e representação reificada (ABRIC, 2000; JODELET, 2001; MOSCOVICI, 1995, 2004; SPINK, 1995) foram utilizadas para construir a noção de representação exógena, com as variantes que também colocamos a seguir.

A questão proposta é de saber como as representações sociais exógenas sobre a Amazônia impactam as populações FP1 e FS2: que efeitos produzem sobre os processos de identificação social e de desperdício da experiência social? As noções de musealização e museificação resultam, como provocações, do estado atual da pesquisa.

O artigo está dividido em cinco partes. A partir desta introdução, especificamos, no tópico seguinte, os métodos e os materiais utilizados. No tópico “Tipologia de duas frações sociais do mundo rural amazônico”, caracterizamos as duas frações sociais destacadas e procedemos, no tópico “Representações endógenas e exógenas em duas frações da sociedade amazônica: a FPI e a FS2”, com uma descrição da questão proposta. Por fim, no tópico “Musealização e museificação da Amazônia”, buscamos fazer uma discussão dos resultados obtidos, tendo por base a reflexão sobre musealização e museificação.

Métodos e materiais

Nossa investigação se centra numa perspectiva fenomenológica, associada a uma prática etnográfica que vai ao encontro e reflete sobre os campos da vida social selecionados e, por meio de observação participante e de etnografia de arquivo, de produção de dados. Nosso objetivo é pensar sobre como a Amazônia é intencionada (HEIDEGGER, 1976, 1985, 1993) e tipificada (SCHUTZ, 1959, 1967, 1987) por diferentes frações da sociedade amazônica. A perspectiva etnográfica adere a esse projeto dialogando com as noções de compreensão, interpretação, círculo hermenêutico e partilha de horizontes caros à fenomenologia. Como já dito, trazemos, neste artigo, apenas alguns elementos específicos deste estudo, que ainda está em curso.

Nosso referencial fenomenológico possui duas matrizes: Martin Heidegger e Alfred Schutz, entre os quais há divergências e convergências. Heidegger e Schutz tem em comum a busca por ancorar a fenomenologia husserliana na vivência do mundo e, assim, transcender o que ambos percebiam na obra desse filósofo – provavelmente de maneira equivocada, se acompanharmos as edições recentes da imensa obra inédita de Husserl – como um solipsismo estrutural, ou um mentalismo ancorado na ideia cartesiana e tradicional de *sujeito*. Os filósofos, embora por caminhos diferentes, buscam superar a ideia de sujeito, conceito metafísico para ambos, e substituí-la pela ideia de um ser externo, que está no mundo antes de possuir uma interioridade, se é que a possui.

Por sua vez, o referencial etnográfico que utilizamos parte da antropologia interpretativa presente em Castro (2021), Geertz (2014), Marcus e Fischer (2014), Peirano (2014), Ingold (2008) e Clifford (1986). Trata-se de pensar a ação etnográfica como uma ação hermenêutica e, por essa via, impregnada da perspectiva fenomenológica.

Empiricamente, os dados aqui referidos foram produzidos por meio de observação participante e entrevistas realizadas em três núcleos familiares associados à FP1 e a outros três núcleos familiares associados à FS2. Selecionamos esses núcleos, dentre outros já prospectados, buscando um equilíbrio na distribuição dos dados e, ao mesmo tempo, o seu aprofundamento. Os núcleos FP1 situam-se nos municípios de Marabá/PA, Capanema/PA e Paragominas/PA, e os núcleos FS2 nos municípios de Abaetetuba/PA, Acará/PA e Castanhal/PA.

Metodologicamente, utilizamos a sociologia fenomenológica de Schutz (1987, 1967, 1959) com o apoio de observação participante e de coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas. Nosso objetivo foi perceber como uma “vivência de Amazônia” figura nas duas frações sociais. Buscamos coletar tipificações sociais e, por meio delas, compreender os processos intersubjetivos sobre como os indivíduos das duas trajetórias produzem sentidos sobre “estar” na Amazônia, “pertencer” à Amazônia ou ter uma “identidade” amazônica.

Para poder tornar mais clara esta pesquisa, descrevemos, sucintamente, a seguir, esses dois grupos sociais.

Tipologia de duas frações sociais do mundo rural amazônico

as duas frações sociais selecionadas são plenamente associadas ao recorte feito por Costa (2018) na sua caracterização das trajetórias tecnológicas. Com efeito, poderíamos adotar a tipologia construída por esse autor na construção de uma descrição dos indivíduos estudados neste artigo, mas, se não o fazemos, é por dois motivos: primeiramente, porque o foco da nossa análise não está centrado na ação econômica nem na discussão dos paradigmas tecnológicos, mas sim no padrão sociocultural e nas formas

de vivência; em segundo lugar, porque a perspectiva da nossa pesquisa envolve frações sociais também urbanas, não delineadas na pesquisa de Costa.

Não obstante, como dissemos, FP1 e FS2, em seu caso específico, são também assimiláveis enquanto Trajetória Social 4 (T4) e Trajetória Social 2 (T2), para quem está familiarizado com a obra do autor (COSTA, 2012b), com a qual dialogamos extensivamente. Pensamos a noção de trajetória tecnológica, nesse sentido, por meio de um crivo etnográfico-fenomenológico, percebendo-a como um dado padrão de disposições e de atividades – econômicas, sociais e culturais – concatenadas através de um paradigma tecnológico: um tecido intersubjetivo que, por meio de reservas de experiência socialmente partilhadas, orientam as escolhas, as disposições e as tomadas de posição por parte dos indivíduos.

De acordo com Costa (2018), uma trajetória tecnológica é o percurso socioeconômico de um grupo social num determinado ambiente. Em nossa compreensão, nos indivíduos que integram uma dada trajetória há certa tendência a um padrão social: uma dada visão de mundo, uma dada intersubjetividade, uma partilha de horizontes éticos, estéticos e políticos, padrões de consumo e uma posição de classe social. Um *habitus*, talvez, evocando o conceito de Bourdieu (1980, 1984, 1989, 1992) ou, ainda, uma *hexis*, no sentido aristotélico do termo, como “propriedades do ser”.

Poderia caracterizá-las, de maneira sintética, a partir dos dados produzidos pelo professor Costa, da seguinte forma: a T2 é uma trajetória camponesa, formada por sistemas familiares tradicionais amazônicos que partem de extrações não madeireiras, algumas vezes associadas à extração madeireira, e que convergem para culturas – agriculturas temporárias e/ou permanentes – e sistemas agroflorestais – silvicultura. Constituem a expressão de um paradigma tecnológico no qual os processos produtivos pressupõem, em algum nível, a preservação da natureza originária. Por sua vez, a T4 é uma trajetória patronal constituída por sistemas empresariais que partem da extração madeireira, associam-se ao plantio de culturas temporárias e convergem para a pecuária de corte. Além disso, utiliza procedimentos tecnológicos extensivos.

Perceba-se que cada uma dessas trajetórias produz representações sobre a Amazônia. Representações que surgem de suas vivências e que se enquadram num determinado *habitus*, reproduzindo padrões socioculturais e socioeconômicos transmitidos de geração em geração e que, não obstante, são impactados, também, pelas representações exógenas – as que são externas às suas próprias vivências.

O Quadro 1 oferece mais alguns elementos que caracterizam essas duas trajetórias:

| Grupo | Descrição topográfica | Descrição sociográfica |
|-------|--|---|
| T-4 | <p>Sistema de famílias associadas à atividade econômica patronal que surge como exploração de produtos madeireiros, convergindo para o plantio de culturas temporárias e consolidando-se, economicamente, na atividade da pecuária de corte.</p> | <p>Esse grupo social amazônico corresponde ao modelo de produção imposto à Amazônia pelo regime militar, que é até hoje mantido com subvenção pública, por meio de créditos abalizados, por especialistas em desenvolvimento que determinam as políticas de fomento.</p> <p>Segundo Costa (2010), esse grupo é composto por 27.831 estabelecimentos, que ocupam 59,7% da área privatizada da Amazônia, o que equivale a 33,3 milhões ha. Cada propriedade tem em média 1,2 mil ha e, em seu conjunto, empregam 10,5% dos trabalhadores rurais e produzem 25% do valor bruto da produção rural (VBPR) amazônico.</p> |
| T-2 | <p>Sistema de famílias associadas à atividade econômica camponesa que tem por base o extrativismo não madeireiro em combinação com agricultura diversa, ou seja, um sistema familiar agroflorestal.</p> | <p>Esse grupo social conforma o padrão mais tradicional da economia amazônica, constituindo a expressão de um paradigma tecnológico que pressupõe a preservação ambiental.</p> <p>Costa (2010) estima a existência de 130.593 estabelecimentos camponeses desse tipo na Amazônia. Eles ocupam uma área com 3 milhões ha. Cada propriedade possui uma dimensão média de 23ha, dos quais apenas um quinto, em média, é usado para atividade agropecuária.</p> <p>Ainda de acordo com Costa (2010), esse sistema emprega 502 mil pessoas e representa 21% do VBPR.</p> |

Quadro 1. Descritivo das trajetórias sociais a serem observadas. Fonte: Costa (2010).

Representações endógenas e exógenas em duas frações da sociedade amazônica: a fp1 e a fs2

há representações endógenas e exógenas sobre a Amazônia. Essas categorias não são estanques e se misturam e intercalam o tempo todo, formando tramas complexas de identificação da realidade, processos culturais e perspectivas de identificação por parte dos sujeitos sociais, com as identidades possíveis presentes nos seus horizontes de vida.

Entendemos por representações endógenas aquelas produzidas a partir de vivências autóctones – de um indivíduo no seu mundo. No caso, vivências propriamente amazônicas, produzidas em contextos socioambientais identificados como espaços amazônicos. Bem entende-se que não há nenhuma homogeneidade nisso, porque é imensa a diversidade ambiental, étnica, cultural e social na Amazônia, mas se trata de um caldeirão de tramas de identificação social que partem de memórias sociais e de vivências coletivas para criar perspectivas locais sobre a realidade. Nesse sentido, tanto a TS₂ como a TP₁ possuem vivências amazônicas que produzem representações autóctones.

Já por representações exógenas, entendemos aquelas produzidas tanto pela sociedade nacional brasileira como pela sociedade globalizada a respeito da Amazônia. São as representações presentes no senso comum – que dão conta de temas como o inferno verde, o pulmão do mundo, a maior reserva genética do planeta –, na mídia, na literatura ficcional, nas artes, na difusão científica, nos discursos ambientalistas e na política. São representações dominantes não só pelo fato de serem produzidas e impostas a partir de lugares de fala econômica e politicamente fortes, como também pelo fato de tenderem à simplificação, o que facilita a sua aderência às visões de mundo endógenas.

Evidentemente, essas categorias não constituem fatos consumados, apenas uma perspectiva de observação que permite pensar a cultura e a percepção da realidade e das identidades, na vida social, como tramas de encontro e de desencontro, bem como de salvaguarda e de desperdício da experiência social – até mesmo porque nada é absolutamente endógeno ou exógeno.

Isto dito, percebe-se que as representações endógenas e exógenas se misturam o tempo todo, transportando-se para o outro lado, deixando-se apropriar e, nesse processo, produzindo, politicamente, condições de hegemonia e de submissão de identidades a lógicas generalizantes.

Existe uma tendência dominante de que as representações endógenas da Amazônia sejam apropriadas de maneira simplificadora, redutora de toda complexidade e de todo conflito, pelas lógicas das representações exógenas. Da mesma forma, há uma outra tendência, igualmente dominante, de que as representações endógenas também se apropriem dessas representações, por exemplo, as produzidas pela mídia, ou pelos discursos dominantes na sociedade nacional brasileira – identitários, nacionalistas, científicos etc. – para compor novas explicações sobre suas percepções sobre a realidade, a identidade e a cultura.

Há o endógeno no exógeno e o exógeno no endógeno, embora simplificados. E, assim, poder-se-ia dizer, em síntese, que os espaços menos desenvolvidos se especializam na importação de modelos exógenos e que os espaços hegemônicos na exportação de suas próprias perspectivas endógenas, enriquecidas por modelos simplificadores das diversas experiências sociais que lhes são exógenas.

Um fato social interessante é que as representações exógenas sobre a Amazônia impactam de forma diferenciada cada fração social. Nesse sentido, são diferentes e mesmo conflitantes as formas de musealização e de museificação do espaço amazônico experienciadas por essas diferentes populações.

Claro que há elementos em comum, mas há grandes diferenças entre o sentido de estar na Amazônia produzindo interpretações sobre a Amazônia a partir de vivências historicamente constituídas e estar na Amazônia e produzir interpretações sobre a Amazônia a partir dessas representações exógenas.

O elemento mais comum entre as duas frações sociais é o fato de que, para ambas, a Amazônia sempre é um outro lugar. Do ponto de vista dos sujeitos sociais abordados, nenhum deles se compreende, positivamente, como estando na Amazônia, como fazendo parte da Amazônia.

Nesse sentido, Amazônia é uma expressão denegativa – ou seja, uma expressão utilizada por um indivíduo para se adequar à expectativa que outro indivíduo espera dele. Utilizo o termo identidade denegada para explicitar a relação que os caboclos da Amazônia – ou seja, as populações tradicionais, ribeirinhas, surgidas no processo de

colonização – possuem efetivamente com a identidade FS2. O termo caboclo é profundamente negativo. Na antropologia amazônica (GALVÃO, 1955; LIMA, 1999; MORAN, 1981; WAGLEY, 1976), tem-se que o caboclo é sempre o outro e nunca um indivíduo utiliza o termo para falar de si mesmo ou de sua comunidade, preferindo, para isso, expressões como ribeirinho ou povo da floresta, palavras exógenas, também elas, mas que possuem uma carga negativa inferior à da expressão caboclo. No entanto, essas mesmas pessoas, num contexto de diálogo intercultural, utilizam, sim, o termo caboclo para expressarem e referirem a si mesmos e à sua comunidade. Trata-se de uma operação de concessão de poder ao estrangeiro, ao homem branco, ao “brasileiro”, uma operação por meio da qual se utiliza o referencial do interlocutor para se referir a si mesmo, num contexto de proteger os interesses locais face ao poder o outro. Trata-se, nesse sentido, de uma identidade denegada.

O termo Amazônia também produz esse efeito de denegação. Amazônia é uma palavra denegada, ainda mais quando sobre o conceito de Amazônia começam a pairar as inúmeras produções de sentido que associamos a processos de musealização e de museificação da região.

Para a FS2, a ideia de pertencer à Amazônia equivale a uma identidade denegada. Quando um indivíduo pertencente a essa trajetória é confrontado com as representações exógenas da Amazônia, por meio da mídia ou do senso comum da sociedade nacional brasileira, por exemplo, evidencia-se uma situação de conflito entre as suas vivências e os seus saberes e as vivências e saberes presumidos pela representação exógena. A diferença entre ambas é sempre imensa e não passa despercebida pelo indivíduo da FS2. Não obstante, inclusive em função de sua posição social marcada pela condição da subalternidade, essa diferença tende a ser pouco evidenciada no diálogo social possivelmente estabelecido. Com efeito, o indivíduo pertencente à FS2 tende a reproduzir o padrão que já observamos e discutimos em outro trabalho (CASTRO, 2013) de tratar de maneira denegativa as representações com as quais se confronta.

Para a FPI, por sua vez, a ideia de pertencer à Amazônia equivale a uma identidade negativa. Não denegada, e, sim, negativa. A FPI possui padrões de comportamento econômico e, nesse sentido, igualmente culturais, que se manifestam contra a experiência natural histórica das populações tradicionais amazônicas. Em seu imaginário, a Amazônia é sempre um espaço hostil, a ser subjugado e civilizado. Mas essa percepção também se confronta às representações exógenas dominantes sobre a

Amazônia, que a desejam como um espaço ambiental puro, eventualmente livre de homens – inclusive, ou principalmente, deles, os sujeitos sociais pertencentes à FP1. Dessa maneira, as representações exógenas da Amazônia igualmente se confrontam com as representações endógenas da Amazônia tidas pela FP1. Porém, à diferença da FS2, a FP1 não se dispõe ao diálogo – ou, ao menos, a esse diálogo entre exógeno e endógeno que segue um padrão assimétrico, de feição histórica, marcado pela não percepção do outro como um sujeito com semelhante direito à fala, e o único possível na experiência ocidental.

Nos dois casos se percebem a predominância da percepção exógena e o conflito tangente entre ela e as duas diferentes percepções endógenas. Não obstante, enquanto a percepção da FS2 possui por referencial um padrão de ocupação do espaço natural amazônico que tem uma dimensão histórica e um comprometimento ambiental ético e tangente a seu próprio modo de vida, a percepção da FP1 tende a considerar as representações exógenas a partir de uma perspectiva que não tem relação histórica com as condições naturais ambientais dos ecossistemas amazônicos, mas sim com uma perspectiva de subordinação dessas condições naturais aos seus procedimentos econômicos padrões e à sua visão de mundo.

Pensando o impacto das representações exógenas da Amazônia sobre as duas frações sociais à luz do debate fenomenológico heideggeriano, podemos compreender a percepção dessas representações – ou do próprio ente “Amazônia” – como uma intencionalidade. De acordo com Heidegger (1967), há três movimentos na intencionalidade: a percepção do ente nele mesmo (*das Seiende an ihm Selbst*), no caso, como a Amazônia é percebida enquanto lugar, lugar natural e social por TP1 e TS2; a percepção da percepção, ou melhor, a percepção enquanto tal (*das Wahrgenommenheit*), ou seja, a maneira como as duas frações percebem a Amazônia no caso em estudo: a percepção como uma copertença entre o perceber e o percebido (*Zusammengehörigkeit*), o que significa a própria ação de transcendência que ocorre na percepção, na medida em que a percepção do ente não deixa de ser, igualmente, a percepção do mundo e, a partir de certo momento de envolvimento, de aprofundamento da percepção, também uma percepção de si mesmo.

Compreendemos que o primeiro movimento da intencionalidade do ato perceptivo corresponde ao próprio movimento de produção do endógeno e que o terceiro movi-

mento possui uma dimensão intersubjetiva que desloca a problemática da percepção para uma esfera hermenêutica que não teríamos como discutir neste momento da pesquisa. Por sua vez, o segundo movimento, centrado na própria dinâmica do ato perceptivo, permite compreender o impacto do exógeno sobre o significado do ente “Amazônia” sobre TP1 e TS2, particularmente no que se refere às duas formas específicas da perceptibilidade: percepção por vazio (*Leermeinen*) – ou, como também coloca Heidegger, percepção como falatório (*Gerede*) – e a percepção imagética (*Bildwahrnehmung*).

Como vazio ou falatório – assim entendendo o dizer comum, a informação superficial e mesmo supérflua, sem qualquer profundidade ou reflexão – Amazônia é, para TS2, um outro lugar, um lugar distante, do qual se fala por meio de referências generalistas. A materialidade da percepção do mundo que envolve a TS2 não está nesse lugar, mas no “local”, no mundo-imediato e ao alcance das mãos, que pode ter qualquer denominação, desde “aqui” até “minha casa”, “várzea”, “mata” ou “roça”, a isto correspondendo, justamente, a percepção que a TS2 produz do ente nele mesmo, a primeira categoria referida. Já esta *Seiende an ihm Selbst* da TS2 figura, justamente, como vazio ou falatório para a TP1: trata-se um sentido vago, associado a ações econômicas que parecem ser difusas e a um direito ao lugar que é historicamente desprezado e desrespeitado.

Por sua vez, a percepção imagética do que seria a “Amazônia”, podemos dizer, se faz presente de maneira próxima para as duas frações sociais, justamente pela abundância, persistência, monotonia e iteração das imagens prototípicas da Amazônia presentes no senso comum, no tecido midiático e, assim, na representação social da Amazônia. Muitos dos nossos interlocutores, ao se referirem à Amazônia, tendem a reproduzir essa representação social sem maiores variações, inclusive repetindo a percepção geral da sociedade nacional brasileira de que a Amazônia é um “recurso” do Brasil, um “recurso” a ser explorado, uma poupança, uma reserva para o futuro e, conseqüentemente, algo que precisa ser submetido a modelos tradicionais de organização e planejamento do desenvolvimento. Essa *Bildwahrnehmung*, essa imagem da Amazônia como vazio, como um lugar idealizado e onde, sendo amazônica, necessariamente não se está, se faz presente, na verdade, em quase todo o espectro das 28 frações sociais que prospeccionamos.

Nesse contexto, há certa espectralidade envolvendo a vivência das pessoas da Amazônia: imagens de um tipo ideal, um museu de fantasmagorias que não correspondem, efetivamente, à vivência, e que sugerem que a Amazônia não é um lugar, mas uma tipificação – o que nos leva à questão da musealização e da museificação da Amazônia; da Amazônia como arquivo de si mesma.

Musealização e museificação da amazônia

Como dito no começo deste trabalho, gostaríamos de refletir sobre a Amazônia a partir de uma condição de musealização e museificação, ou seja, de *arquivamento*, a nosso ver, presente no processo descrito. Compreendendo musealização para além de uma perspectiva museológica, embora não de forma apartada de uma certa museologia, falamos sobre um processo de transposição de algo, físico ou conceitual, de seu ambiente natural ou cultural, em direção a um novo status, tornando-o provido de uma nova condição e deslocando-o para o campo museal. Pretende-se, nesse ato, uma certa dinâmica comunicacional, ou um diálogo centrado na acessibilidade à informação. Já museificação supõe, a nosso ver, uma condição de incomunicabilidade, de engessamento e, nessa condição, de apartamento radical da experiência social vivencial – aquilo que, em Husserl (1952), figura como “mundo da vida” (*Lebenswelt*). Dizendo de outra forma, enquanto a musealização busca produzir comunicação, a museificação não se dá sequer a esse trabalho, sendo centrada, fundamentalmente, na ideia de informação.

Porém, é importante perceber que tanto uma musealização como uma museificação conformam uma mesma compreensão apartada do *Lebenswelt* – e, no horizonte do nosso debate, da experiência social endógena. Ambas produzem a ideia de “outro” e a própria relação da alteridade como “arquivo” – ou seja, como um substrato de universo disperso pela própria tentativa de organizar a experiência. Arquivo, entendendo-o como uma teia necessariamente lacunar, descontínuo e atravessado por formas sociais de esquecimento, conforme coloca Derrida (1995), em decorrência de sua própria virtualidade. Ainda mais: atravessado pela experiência social de lidar de maneira apropriativa da informação, o que faz com que todo arquivo, necessariamente, seja atravessado, perpassado, por um *mal de arquivo* (DERRIDA, 1995), uma ilusão sobre seu conteúdo, uma específica relação de apropriação com algo que se julga ter – nele – encontrado.

A linha que divide musealização e museificação é tênue e demarcada pela intenção e pela boa-fé, da primeira, em superar a ruptura com o “mundo da vida”, tangente à

segunda. Não obstante, toda vez que a musealização alcança esse feito, ela se dissolve, deixa de existir para dar lugar, justamente, ao mundo da vida. Toda musealização e toda museificação, nesse contexto, são a própria gramática – ou condição – do exógeno.

Essa operação constitui uma prática cultural comum da cultura contemporânea e se associa a perspectivas democráticas e de proteção do patrimônio comum da humanidade, seja ele físico e ambiental ou mesmo imaterial, mas, de certa maneira, também constitui uma extração de coisas e conceitos da sua realidade. De um dado ponto de vista, talvez partilhado por museólogos, por artistas, por agentes do turismo, da mídia e do poder público, haverá dimensões positivas a perceber nesses processos. Porém, há também dimensões negativas. De certa maneira, desse ponto de vista, a musealização, necessariamente, se converte numa museificação da realidade, numa petrificação, num engessamento da realidade.

Não raramente se encontra, no debate público contemporâneo, críticas à musealização da vida, do mundo, do mundo natural, da cultura. Provavelmente essa crítica deseja assinalar o problema da representação exógena ou a questão da sua influência sobre os processos locais, endógenos. Nesse sentido, musealização ou museificação significam colocar a vida numa condição de subalternidade em relação à experiência social vivenciada.

Esse processo vem acompanhado de outras formas singulares de dinâmicas museais: uma herancificação, ou heritagização, por meio da qual a cultura se converte em patrimônio, e uma espetacularização da vida, por meio da qual a cultura se transforma de encenação de si mesma, talvez em performance.

O grande problema colocado por essa dinâmica é que a museificação produz uma simplificação, uma descomplexação das situações culturais, das situações biográficas e mesmo do mundo natural, com o resultado sendo o de um desperdício de experiência. Nesse sentido, não deixa de ser um processo colonial, ou neocolonial, da apropriação apenas parcial de referências culturais para convertê-la em certezas hegemônicas. O resultado maior tende a ser um grande desperdício da experiência.

Podemos compreender museificação como o processo de extração de alguma coisa ou ideia de seu contexto para lhe dar um caráter museal. Por sua vez, a musealização poderia ser entendida como a extração de alguma coisa ou ideia para que dar um caráter instrumental, centrado num determinado senso comum, e não necessariamente um caráter museal. Na musealização há, ainda, alguma potência de ser: por meio dela, a

coisa ou ideia ainda ilustram o que pretensamente são. Já na museificação, a potência tende para o não ser, no sentido de ilustrar alguma outra percepção, não ciente de sua dinâmica contextual.

É claro que esse debate conceitual estabelece um campo de posições semânticas que precisam ser levadas em consideração. Por exemplo, a compreensão de Duhamel e Knafou (2007) de que a museificação é resultante de um processo de patrimonialização, um processo que, em nossa compreensão, permite perceber a dimensão de poder inerente à palavra. Patrimonialização não deixa de ser um marcador de poder e, portanto, de controle, sobre aquilo que se coloca incluso na categoria ou referência. A patrimonialização, no sentido de apropriação, não deixa de constituir a atitude fundamental das populações agrupadas no conceito de FPI. Historicamente, são populações que compreendem a Amazônia como um espaço de predação dos recursos ambientais e de inclusão desses recursos no processo de escalada da economia capitalista globalizada. Nesse sentido, é possível compreender melhor o porquê de as representações exógenas da Amazônia terem maior fluxo e melhor recepção na FPI.

Do ponto de vista da FS2, as reservas de experiência à disposição do tecido social refletem, muito mais, os modos de produção das sociedades indígenas, com seus paradigmas forjados, em geral, sob uma racionalidade que, em alguma medida, exige a disposição de preservar os recursos naturais. Não é contraditório, assim, que as representações endógenas produzidas sobre a Amazônia pelas populações agrupadas no conceito de FS2 dificilmente sejam compreendidas fora do espaço amazônico.

Supomos que o debate ambientalista, e mesmo os diversos debates sobre a economia de escala global, precisam levar em conta as predisposições para considerar os conceitos dominantes sobre a Amazônia, exógenos à experiência social e cultural local, como verdades dadas e apriorísticas. A própria sociedade nacional brasileira não consegue perceber a Amazônia na sua complexidade, reproduzindo os mesmos lugares comuns que, mesmo quando motivados por intenções nobres e por sincero empenho na preservação da floresta, contribuem, fundamentalmente, para a perda e dissipação das experiências sociais e econômicas endógenas.

Referências

ABRIC, Jean-Claude. *A abordagem estrutural das representações sociais*. In: MOREIRA, Antonia Silva Peres; OLIVEIRA, Denise Cristina de (org.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. 2. ed. Goiânia: AB, 2000. p. 27-37.

AMARAL FILHO, Otacílio. *Marca Amazônia: o marketing da floresta*. Curitiba: CVR, 2016.

AMARAL FILHO, Otacílio; CASTRO, Fábio Fonseca de; COSTA, Alda Cristina Silva da. *Marca Amazônia: estratégias de comunicação publicitária, ambientalismo e sustentabilidade*. *Revista de Comunicação Midiática, Bauru*, v. 10, n. 3, p. 105-118, 2015.

BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEJKA, Marcel. *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *La noblesse de l'état*. Paris: Minuit, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 1984.

BOURDIEU, Pierre. *Réponses: pour une anthropologie réflexive*. Paris: Le Seuil, 1992.

CASTRO, Fábio Fonseca de. *A identidade denegada: discutindo as representações e a autorrepresentação dos caboclos da Amazônia*. *Revista de Antropologia, São Paulo*, v. 56, n. 2, p. 431-475, 2013.

CASTRO, Marina Ramos Neves de. *A antropologia dos sentidos e a etnografia sensorial: dissonâncias, assonâncias e ressonâncias*. *Revista de Antropologia, São Paulo*, v. 64, n. 2, p. 1-20, 2021.

CLIFFORD, James. *On ethnographic allegory*. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George (ed.). *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986. p. 98-121.

COSTA, Francisco de Assis. *A brief economic history of the Amazon (1720-1970)*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2018.

COSTA, Francisco de Assis. *Economia camponesa: eficiência reprodutiva e capacidade de permanência*. Belém: Naea, 2010.

COSTA, Francisco de Assis. *Elementos para uma economia política da Amazônia: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade*. Belém: Naea, 2012a.

COSTA, Francisco de Assis. *Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)*. Belém: Naea, 2012b.

DERRIDA, Jacques. *Mal d'archive : une impression freudienne*. Paris: Galilée, 1995.

DUHAMEL, Philippe; KNAFOU, Rémy. *Mondes urbains du tourisme*. Paris: Belin, 2007.

DUTRA, Manuel de Sena. *A natureza da mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta*. São Paulo: Annablume, 2009.

GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá*. São Paulo, Editora Nacional, 1955.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2014.

- GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.
- HEIDEGGER, Martin. *Sobre o humanismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- _____. *Sein und zeit*. In: HEIDEGGER, Martin. *Gesamtausgabe*. v. 2. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1976.
- _____. *Être et temps*. Paris: Authentica, 1985.
- _____. *Ser e tempo*. 4. ed. Tradução de Marci Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 1993.
- HUSSERL, Edmund. *Ideen zu einer reinen phänomenologie und phänomenologischen philosophie*. Hague: Martinus Nijhoff, 1952.
- INGOLD, Tim. *Anthropology is not ethnography*. *Proceedings of the British Academy, Oxford*, n. 154, p. 69-92, 2008.
- JODELET, Denise. *Representações sociais: um domínio em expansão*. In: JODELET, Denise (org.). *Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 17-44.
- KRUGER, Marcos Frederico. *A Amazônia na visão dos viajantes*. Recife: Congresso Brasileiro de Tropicologia, 1987.
- LIMA, Deborah de Magalhães. *A construção histórica do termo caboclo sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico*. *Novos Cadernos do NAEA, Belém*, v. 2, n. 2, p. 1-20, 1999.
- MARCUS, George; FISCHER, Michael M. *Anthropology as cultural critique: an experimental moment in the human sciences*. 2. ed. Chicago: University Chicago Press, 2014.
- MENDES, Armando Dias. *A invenção da Amazônia: alinhavos para uma história de futuro*. 3. ed. Belém: BASA, 1999.
- MORAN, Emílio. *Developing the Amazon*. Bloomington: Indiana University Press, 1981.
- MOSCOVICI, Serge. *Das representações coletivas às representações sociais*. In: JODELET, Denise (org.). *Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 45-66.
- MOSCOVICI, Serge. *L'ère des représentations sociales*. In: DOISE, W.; PALMONARI, G. (ed.). *L'étude des représentations sociales*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1986.
- MOSCOVICI, Serge. *Prefácio*. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). *Texto em representações sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 261-293.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- PEIRANO, Mariza. *Etnografia não é método*. *Horizontes Antropológicos, Porto Alegre*, v. 20, p. 377-391, 2014.
- PRATT, Marie Louise. *Fieldwork in common places*. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George (ed.). *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986. p. 27-50.
- PRESSLER, Neusa. *Econegócios e cooperação internacional: novos discursos sobre a Amazônia*. In:

BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel. *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010.

SÁ, Samuel Maria de Amorim. *O imaginário social sobre a Amazônia: antropologia dos conhecedores*. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 889-900, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2002a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Lisboa, v. 63, p. 237-280, 2002b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 14. ed. Porto: Afrontamento, 2003.

SCHUTZ, Alfred. *Le chercheur et le quotidien*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.

SCHUTZ, Alfred. *Le problème de l'intersubjectivité transcendantale selon Husserl*. In: HUSSERL, Edmund. *Colloque philosophique de Royaumont*. Paris: Minuit, 1959.

SCHUTZ, Alfred. *Phenomenology of the social world*. Evanston: Northwestern, 1967.

SPINK, Mary Jane P. *O estudo empírico das representações sociais*. In: SPINK, Mary Jane P. (org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 85-108.

WAGLEY, Charles. *Amazon town, a study of man in the tropics*. Oxford: Oxford University Press, 1976.